atribuições legais, fundamentando no que lhe confere no inciso IV do artigo 10, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída no município de Extremoz a política de inserção de placas informativas quanto ao abandono e maus-tratos aos animais, a serem fixadas nas praças públicas e locais de grande aglomeração de pessoas, na forma do anexo desta lei.

Parágrafo único. À placa deverá informar o delito e pena na qual o infrator estará incidindo, além de contatos de emergência dos órgãos de controle.

Art. 3º. Para fins de aplicação desta Lei, estas placas devem ser padronizadas e instaladas em local de boa visibilidade a todos os frequentadores, contendo dimensões mínimas (50 em X 40 cm), com escrita de fácil entendimento.

Art. 4º . O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 5º . Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Extremoz/RN, 15 de maio de 2024.

JUSSARA SALES DE SOUZA
PREFEITA DE EXTEMOZ/RN

LEI MUNICIPAL Nº 1.220/2024

INSTITUI A CAMPANHA “VETERINÁRIO NO BAIRRO”, NO ÂMBITO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN, QUE CONSISTE NO CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS ENTRE O PODER EXECUTIVO E AS ENTIDADES QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSSARA SALES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Extremoz/RN no uso de suas atribuições legais, fundamentando no que lhe confere no inciso IV do artigo 10, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo poderá celebrar convênios ou outros instrumentos congêneres de parceria com associações, organizações não governamentais (ONG's) e entidades protetoras dos animais ou que realizem atendimentos veterinários, a fim de instituir a campanha “Veterinário no Bairro”, que

consiste no controle da população de cães e patos no Município de Extremoz/RN.

§1º Esta campanha será realizada em conjunto com associações, ONG's protetoras de e/ou entidades que realizem atendimentos veterinários no Município e devidamente credenciadas junto a Secretaria Municipal de Saúde, e estas instituições instaladas realizarão, no período regulamentado, a castração de caninos e felinos (machos e fêmeas), errantes, bem como daqueles cujos tutores sejam de baixa renda, protetores individuais ou coletivos.

§2º As instituições poderão realizar a campanha através de unidades móveis de atendimento que percorrerão os bairros da cidade ou assegurar o traslado adequado do animal para o local do procedimento cirúrgico, de acordo com o cronograma a ser definido pelo Poder Executivo.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do setor de controle de zoonoses, cadastrará as instituições participantes, anualmente, bem como os munícipes de baixa renda, proprietários de animais candidatos à castração.

§1º Será opcional a participação das clínicas veterinárias na Campanha instituída por lei.

§2º A Secretaria da Saúde deverá fazer gestões junto à iniciativa privada, associações, fundações, e órgãos públicos nacionais e internacionais, entidades ambientalistas nacionais e internacionais, visando à realização de convênios que possibilitem o barateamento das castrações.

Art. 3º Encerrado o prazo para cadastramento das instituições, a Secretaria Municipal da Saúde, por meio do setor de controle de zoonoses, providenciará listagens para serem distribuídas à população, indicando, por região, os estabelecimentos onde a castração será realizada.

Art. 4º A Secretaria da Saúde deverá providenciar, para distribuição à população, material informativo e educativo sobre a tutela responsável de animais.

§1º O material informativo e/ou educativo a que se refere este artigo nunca poderá ser contrário ao espírito da referida campanha, de incentivo à tutela responsável, e não trazer referências a produtos ou situações que contrariem o bem-estar animal.

§2º - A Secretaria de Saúde do Município deverá encaminhar material educativo para instituições, incentivando estes estabelecimentos a atuarem como multiplicadores de informações sobre a tutela responsável de cães e gatos.

Art.5º A administração Municipal, através da Secretaria da Saúde e do Setor de Controle de Zoonoses, educativo deverá divulgar amplamente a campanha e o conteúdo do

4

ANO XIII – Nº 3190 – EXTREMOZ/RN, QUARTA - FEIRA, 15 DE MAIO DE 2024

Rua Capitão José da Penha, s/n. Centro. Extremoz-RN. CEP: 59575-000, www.extremoz.rn.gov.br. CNPJ: 08.204.497/000171
e-mail: diariodeextremoz@gmail.com

material sobre propriedade responsável de cães comunicação, para conhecimento de toda a população,

Art. 6º Os tutores e gatos junto aos meios de deverão fazer a prévia inscrição do animal nos moldes a serem regulamentados pelo Poder Executivo.

§1º A campanha destina-se exclusivamente à castração de cães e gatos, ficando dela excluídos outros procedimentos veterinários.

§2º Fica a critério de cada instituição determinar a capacidade máxima do atendimento para as castrações.

§3º As instituições conveniadas fornecerão ao tutor do animal instruções à respeito do pré e pós-operatório.

Art. 7º A Secretaria da Saúde poderá firmar convênios e/ou parcerias com a iniciativa privada, inclusive clínicas veterinárias, associações, fundações, autarquias e órgãos públicos nacionais e internacionais, de reconhecido conhecimento técnico no assunto, visando:

a. À organização e/ou patrocínio da Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos, visando o máximo barateamento dos preços ou custo zero das castrações;

b. À impressão e divulgação das listagens de instituições cadastradas;

c. criação e/ou confecção de material educativo sobre a tutela responsável de cães e gatos;

d. À máxima divulgação da campanha e do conteúdo do material informativo e/ou educativo; e e. À prestação de serviços médicos veterinários.

e. O Poder Executivo reguiamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Extremoz/RN, 15 de maio de 2024.

JUSSARA SALES DE SOUZA
PREFEITA DE EXTEMOZ/RN

LEI MUNICIPAL N° 1.221/2024

DISPÕE SOBRE A HABITAÇÃO E O TRÂNSITO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM CONDOMÍNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUSSARA SALES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Extremoz/RN no uso de suas atribuições legais, fundamentando no que lhe

confere no inciso IV do artigo 10, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º. É livre a habitação e circulação, em qualquer dia da semana e horário, de animais domésticos pertencentes ao proprietário do imóvel, ao inquilino ou ao visitante do condômino, em condomínios de casas ou de apartamentos, no âmbito do município de Extremoz.

§1º É vedado impor a saída ou ingresso do proprietário do imóvel, inquilino ou do visitante do condomínio com seu animal doméstico, somente pelo portão de saída de serviço, ficando a cargo do tutor de animal a escolha do melhor acesso do condomínio à rua e vice-versa.

§2º É proibido manter animais em local desprovido de higiene, ou que os prive de espaço, ar, luminosidade e sombra, que impossibilitem a manutenção de uma vida digna.

§3º É vedado criar ou manter trancado o animal na sacada do apartamento.

§4º O barulho excessivo produzido pelo animal deve ser comunicado diretamente ao responsável por este, para que possa tomar as medidas cabíveis, tais como contratar um adestrador ou outras ferramentas pertinentes.

Art 2º. O trânsito de animais domésticos, em elevadores e áreas comuns, deve obedecer às seguintes condições:

I - ser conduzido por pessoa com idade e força suficiente para controlar o animal;

II - usar guia e coleira, adequadas para porte do animal;

III - o animal deve portar uma placa ou etiqueta de identificação, contendo o nome e telefone para contato com o responsável;

IV - cães sabidamente bravos devem ser transportados com focinheira;

V - os animais a que se refere esta lei devem estar com carteira de vacinação atualizada, livre de qualquer doença que coloquem em risco a integridade dos demais condôminos ou a de seus respectivos animais;

VI - o condutor do animal tem a obrigação de recolher os dejetos nas áreas em que passear com seu animal, sob pena de responsabilização pelo síndico;

VII - normas adicionais necessárias a realidade de cada condomínios, decidida por seus condôminos, e que não contrarie o disposto nesta Lei.

Art. 3º O condomínio poderá requerer, a qualquer tempo, cópia da carteira de vacinação desses, mantê-la armazenada e de fácil acesso para os demais condôminos interessados.